

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP**

**Informações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatórios sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Balanço orçamentário	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	11

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

**Ao
Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo
– SEBRAE- SP
São Paulo - SP**

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE- SP, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial financeiro e orçamentário em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do SEBRAE-SP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R3) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R3), aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e ao trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de fevereiro de 2017 e 9 de maio de 2016, respectivamente, sem modificação na opinião.

São Paulo, 4 de agosto de 2017.



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S – SP
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 59.628/O-2 – S - SP
Responsável Técnico

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	879	442	Benefícios a empregados	8	8.855	9.703
Aplicações financeiras	6.1	151.094	12.916	Obrigações tributárias	9	2.032	3.143
Contas a receber	5.1	7.313	5.941	Obrigações com convênios e contratos		2	2
Numerários vinculados a convênios e programas		-	2	Contas a pagar a fornecedores e outros	10	19.179	17.068
Adiantamentos concedidos	5.2	1.668	4.417	Provisão sobre folha de pagamento	11	20.041	24.116
Transações de convênios a executar	5.3	1.074	1.546	Obrigações com o Sistema SEBRAE	14.2	2.150	2.822
Créditos com o Sistema SEBRAE	14.1	31.999	100.832				
Outros créditos	5.4	1.929	2.758	Total do passivo circulante		52.259	56.854
Total do ativo circulante		195.956	128.854	Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	12.1	1.298	1.454
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal	12.2	23.902	23.059
				Total do passivo não circulante		25.200	24.513
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	12.2	17.204	16.887	Superávit acumulado		681.848	382.100
Fundos de investimentos	6.3	7.977	3.821	Ajustes de avaliações patrimoniais		30.262	30.365
Aplicações financeiras	6.2	524.932	559.464	Superávit do período		39.458	299.645
Imobilizado	7	80.330	81.474				
Intangível	7.1	2.628	2.977	Total do patrimônio líquido	13	751.568	712.110
Total do ativo não circulante	8.1	633.071	664.623	Total do passivo e do patrimônio líquido		829.027	793.477
Total do ativo		829.027	793.477				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Período: Janeiro a Março de 2017						Balço Orçamentário - Sebrae/SP					R\$ mil	
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ% (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ% (c/a)	
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)			
Receitas Correntes	117.368	439.667	106.417	24,2	90,67	Despesas Correntes	96.128	423.339	84.118	19,9	87,50	
Contribuição Social Ordinária - CSO	107.980	386.596	96.489	25,0	89,4	Pessoal, Encargos e Benefícios	55.281	226.572	51.555	22,8	93,3	
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	920	26.494	2.022	7,6	219,8	Serviços Profissionais e Contratados	23.062	136.225	17.511	12,9	75,9	
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	63	0	0	0,0	0,0	Demais Despesas Operacionais	12.995	53.012	13.421	25,3	103,3	
Aplicações Financeiras	297	300	9	3,0	3,0	Encargos Diversos	3.133	7.244	1.601	22,1	51,1	
Empresas Beneficiadas	7.871	25.417	7.279	28,6	92,5	Transferências	1.657	286	28	9,8	1,7	
Outras Receitas	237	900	618	68,6	260,4					0,0	0,0	
Déficit Corrente	0		0			Superávit Corrente	21.240		22.301			
Receitas de Capital	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	Despesas de Capital	898	13.815	1.976	14,3	197,91	
Alienação de Bens	0	0	0	0,0	0,0	Investimentos / Outros	998	13.815	1.976	14,3	197,9	
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0	Amortização de Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0	
Saldo de Exercícios Anteriores		0				Fundo de Reserva		2.513				
Receitas Totais	117.368	439.667	106.417	24,2	90,67	Despesas Totais	97.126	439.667	86.092	19,6	88,64	
Déficit Total						Superávit Total	20.242		20.325			
Total Geral	117.368	439.667	106.417	24,2	90,67	Total Geral	117.368	439.667	106.417	24,2	90,67	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


Ismael Toledo Junior
 CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de Resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Receitas operacionais		108.688	117.598
Contribuição social ordinária (CSO)	15.1	96.489	107.980
Contribuição social nacional (CSN)	15.1	2.022	920
Receita de empresas beneficiadas	15.2	7.280	7.870
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	63
Outras receitas operacionais	15.3	2.897	765
Despesas operacionais		(92.985)	(97.897)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15.4	(51.555)	(55.281)
Serviços profissionais e contratados	15.5	(17.511)	(23.062)
Custos e despesas de operacionalização	15.6	(13.421)	(12.995)
Encargos diversos	15.7	(1.137)	(3.070)
Despesas com provisões	15.8	(6.766)	(1.613)
Depreciação e amortização	15.9	(1.996)	(1.867)
Outras despesas operacionais	15.10	(599)	(9)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		15.703	19.701
Resultado financeiro líquido	15.11	23.755	12.842
Superávit do período		39.458	32.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Superávit do período	<u>39.458</u>	<u>32.543</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>39.458</u></u>	<u><u>32.543</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.


Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	293.203	30.755	88.507	412.465
Absorção do superávit do período	88.507	-	(88.507)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103	(103)	-	-
Superávit do período	-	-	32.543	32.543
Saldo em 31 de março de 2016	381.813	30.652	32.543	445.008
Saldo em 31 de dezembro de 2016	382.100	30.365	299.645	712.110
Absorção do superávit do período	299.645	-	(299.645)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103	(103)	-	-
Superávit do período	-	-	39.458	39.458
Saldo em 31 de março de 2017	681.848	30.262	39.458	751.568

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


Ismael Toledo Junior
 CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-S

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	39.458	32.543
Ajustes:		
Depreciação e amortização	1.996	1.867
Baixa do ativo imobilizado	100	9
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	843	818
Provisão para perda em fundos de investimento	(3.380)	60
Provisão de férias e encargos	(4.075)	(2.772)
	<u>34.942</u>	<u>32.525</u>
(Aumento)/diminuição nas contas do ativo		
Contas a receber	(1.372)	(1.057)
Adiantamentos concedidos	2.749	3.108
Numerários vinculados a convênios e programas	2	6
Transações de convênios a executar	472	(1.657)
Créditos com o Sistema SEBRAE	68.833	-
Depósitos judiciais	(317)	(291)
Outros créditos	829	(269)
Aumento/(diminuição) nas contas do passivo		
Benefícios a empregados	(1.959)	(351)
Contas a pagar a fornecedores e outros	2.111	4.397
Obrigações com convênios e contratos	-	4
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(672)	(11.308)
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	(156)	(156)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>105.462</u>	<u>24.951</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições/Baixas ao ativo imobilizado	(601)	(226)
Fundos de investimentos	(777)	(314)
Aplicações financeiras	(103.647)	(45.176)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(105.025)</u>	<u>(45.716)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>437</u>	<u>(20.765)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	442	23.840
Caixa e equivalente de caixa no final do período	<u>879</u>	<u>3.075</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>437</u>	<u>(20.765)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


Ismael Toledo Junior
 CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 A entidade e suas operações

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, instituída com o objetivo primordial de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15º, §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18º, IV) para manutenção de sua imunidade tributária:

- a. Aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.
- b. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- c. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- d. Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ) em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- e. Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

- f. Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio do repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit técnico apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Administração da Entidade aprovou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 04/08/2017.

2.1 Usos de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e explicita premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e amortizações sobre ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 7), provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 12.2) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós emprego (Nota Explicativa nº 17). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Entidade relativas ao exercício findo em 31 dezembro 2016.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Caixa	132	132
Banco conta movimento	<u>747</u>	<u>310</u>
Total	<u>879</u>	<u>442</u>

A ausência de saldo em aplicações financeiras se refere ao esgotamento de operações em CDB/DI de curto prazo, devido a estratégia de alongamento do prazo da carteira.

5 Contas a receber

Trata-se de valores a receber provenientes de prestação de serviços, tais como: treinamento, palestras, consultoria, feiras, valores de adiantamentos a funcionários, cauções de aluguel imóveis e valores a apropriar de benefícios aos funcionários.

5.1 Contas a receber

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Contas a Receber	<u>7.313</u>	<u>5.941</u>
Total	<u>7.313</u>	<u>5.941</u>

O acréscimo na rubrica “Contas a Receber” se refere à aumento nas vendas a prazo decorrentes da prestação de serviços a empresas beneficiadas.

5.2 Adiantamentos concedidos

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	593	1.575
Adiantamentos para viagens	56	10
Adiantamentos a terceiros	<u>1.019</u>	<u>2.832</u>
Total	<u>1.668</u>	<u>4.417</u>

O decréscimo ocorreu principalmente devido à liquidação ocorrida em Fevereiro de 2016 do adiantamento realizado em 2016 ao Parque Anhembi no valor de R\$ 1.617 referente à locação do pavilhão para a realização da Feira do Empreendedor. Houve também um decréscimo relacionado ao adiantamento de férias aos colaboradores.

5.3 Transações de convênios a executar

Refere-se a adiantamento de repasse de recursos aos parceiros em convênios e parcerias firmados com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Liberações de convênios	5.868	5.840
(-) Execuções de convênios	(4.711)	(4.211)
(-) Devoluções de convênios	<u>(83)</u>	<u>(83)</u>
Total	<u>1.074</u>	<u>1.546</u>

As parcelas dos recursos são liberadas à medida que há comprovação por parte dos parceiros da execução dos valores já adiantados.

5.4 Outros créditos

O grupo é formado por depósitos cauções, despesas pagas antecipadamente e por créditos diversos, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Depósitos Restit. e Valores Vinculados	963	855
Reembolso de Juros e Multa	413	420
Benefícios a Funcionários	94	962
Despesas Pagas Antecipadamente	459	521
Total	1.929	2.758

A diminuição na rubrica “Benefícios a funcionários” se refere ao decréscimo do saldo de benefício de auxílio alimentação.

6 Outros créditos realizáveis

Os recursos aplicados são derivados do excedente do fluxo de caixa, sendo que a administração decidiu pelo resgate a longo prazo com a finalidade de obter um rendimento líquido maior devido à redução da alíquota do imposto de renda.

6.1 Aplicações financeiras curto prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/03/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	101.514	-
Banco do Brasil S.A.	Fundo de investimento	49.580	12.916
Total		151.094	12.916

6.2 Aplicações financeiras longo prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/03/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	CDB	524.932	542.313
Banco do Brasil S.A.	CDB	-	17.151
Total		524.932	559.464

A taxa média das operações de longo prazo é de 101,00% do percentual do CDI. O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

O aumento do saldo em operações de curto prazo e consequente redução do saldo de operações de longo prazo é decorrente da melhora da rentabilidade dos fundos de investimento (curto prazo) em relação as taxas oferecidas em novas operações de CDB/DI (longo prazo).

6.3 Fundos de investimentos

Descrição	Administrador	31/03/2017	31/12/2016
Returning Entrepreneur Investment Fund (FM IEE)	DGF Invest. Gestão de Fundos Ltda.	1.500	1.500
Provisão para desvalorização (FM IEE)		(425)	(422)
Fundo de Inovação Paulista - FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	4.320	3.544
Provisão para desval/valorização (FIP)		2.582	(801)
Total		7.977	3.821

A provisão para desvalorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos. Em janeiro de 2017 houve uma valorização de R\$ 3.424 no Fundo de Inovação Paulista (FIP).

Returning Entreprenur Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209. A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

Fundo de Inovação Paulista (FIP)

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.

7 Ativo imobilizado

	Edificações	Terrenos	Obras em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Veículos e acessórios	Total do ativo imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	36.456	35.050	442	7.270	7.554	20.899	8.823	6.440	122.934
Adições	-	-	167	435	-	-	136	-	738
Baixas	-	-	(136)	(12)	(1)	(17)	(126)	-	(292)
Saldo em 31 de março de 2017	36.456	35.050	473	7.693	7.553	20.882	8.833	6.440	123.380
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.915)	-	-	(3.832)	(4.033)	(11.937)	(5.348)	(5.395)	(41.460)
Depreciação no período	(149)	-	-	(167)	(180)	(875)	(140)	(134)	(1.645)
Baixa	-	-	-	10	-	17	28	-	55
Saldo em 31 de março de 2017	(11.064)	-	-	(3.989)	(4.213)	(12.795)	(5.460)	(5.529)	(43.050)
Em 31 de dezembro de 2016	25.541	35.050	442	3.438	3.521	8.962	3.475	1.045	81.474
Em 31 de março de 2017	25.392	35.050	473	3.704	3.340	8.087	3.373	911	80.330

As principais variações no período foram as seguintes:

O acréscimo em “Obras em andamento” se refere à reforma no edifício localizado na Rua 24 de Maio para futura mudança do Escritório Regional Capital Centro.

O saldo em “Máquinas e equipamentos” ocorreu devido à aquisição de máquinas de café para a Sede e ERs, equipamentos de áudio e vídeo para uso da Sede, aparelhos de ar condicionado para os Escritórios Regionais de Santos e São Carlos, e sistema de refrigeração para CPD na Sede.

O acréscimo em “Instalações” se refere à obra do poço artesiano tubular localizado na Sede.

As demais variações se referem substancialmente ao registro das depreciações do período.

7.1 Intangível

	Softwares	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.596	7.596
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	7.596	7.596
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.619)	(4.619)
Amortização no período	(349)	(349)
Saldo em 31 de março de 2017	(4.968)	(4.968)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2016	2.977	2.977
Em 31 de março de 2017	2.628	2.628

As variações se referem ao registro das amortizações do período.

8 Benefícios a empregados

Refere-se a saldos a pagar decorrentes de benefícios aos seus empregados:

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Remuneração a pagar	8	15
Encargos sociais a recolher	3.686	3.894
Consignações da folha de pagamento	5.161	5.794
Total	<u>8.855</u>	<u>9.703</u>

Não houve variação significativa no período.

9 Obrigações tributárias

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
IRRF s/ salários a recolher	1.488	2.469
IRRF s/ serviços a recolher	94	90
ISS s/ serviços a recolher	69	58
INSS retido s/ serviços a recolher	147	151
Pis/Cofins/CSLL retido s/ serviços a recolher	135	192
Pis a recolher	99	183
Total	<u>2.032</u>	<u>3.143</u>

As variações em “IRRF sobre salários a recolher” e “Pis a recolher” se referem aos encargos de 13º salário provisionados em dezembro de 2016.

10 Contas a pagar a fornecedores e outros

A rubrica se refere, substancialmente, ao registro de obrigações sobre a compra de materiais gerais e prestação de serviços para manutenção dos custos de operacionalização da Entidade, como consultorias, treinamentos e repasses às entidades conveniadas.

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores	10.647	10.223
Sebraetec	37	36
Soluções Tecnológicas	1.419	2.631
Super MEI	700	286
Programa Alimentos Seguros	502	311
Adiantamento de clientes	4.859	2.568
Cauções e dep. p/ licitações	348	348
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	623	623
Outras obrigações	44	42
Total	<u>19.179</u>	<u>17.068</u>

A rubrica “Adiantamento de clientes” se refere aos valores a apropriar referentes às receitas do período.

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços foi de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo que a receita é apropriada mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nas receitas a apropriar de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

11 Provisão sobre folha de pagamento

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	16.381	16.671
Provisão de 13º salário e encargos	3.123	-
Provisão s/ remuneração variável	537	7.445
Total	<u>20.041</u>	<u>24.116</u>

A variação na rubrica “Provisão de 13º salário e encargos” se refere ao registro da provisão acumulada de janeiro a março de 2017, sendo que em 31/12/2016 não há registro devido à liquidação financeira ter sido realizada integralmente naquele mês.

A provisão sobre remuneração variável do ano de 2016 foi paga aos funcionários ativos no mês de março de 2017.

12 Outras obrigações - não circulante

12.1 Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere ao montante classificado no longo prazo referente ao valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, conforme mencionado na nota 10. Nas receitas a apropriar de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	<u>1.298</u>	<u>1.454</u>
Total	<u>1.298</u>	<u>1.454</u>

12.2 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e obrigação legal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal, assim como os respectivos depósitos judiciais estavam apresentados da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão		Líquido	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	1/12/2016
Riscos trabalhistas	1.425	1.247	6.307	6.667	4.882	5.420
Riscos cíveis	747	733	2.563	1.485	1.816	752
Obrigação legal	15.032	14.907	15.032	14.907	-	-
Total	<u>17.204</u>	<u>16.887</u>	<u>23.902</u>	<u>23.059</u>	<u>6.698</u>	<u>6.172</u>
			Trabalhistas	Cíveis	Obrigação legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016			<u>6.667</u>	<u>1.485</u>	<u>14.907</u>	<u>23.059</u>
(+) Complemento de provisão			1.472	1.051	307	2.830
(+) Atualização monetária			145	43	-	188
(-) Reversão/baixa de provisão			<u>(1.977)</u>	<u>(16)</u>	<u>(182)</u>	<u>(2.175)</u>
Saldo em 31 de março de 2017			<u>6.307</u>	<u>2.563</u>	<u>15.032</u>	<u>23.902</u>

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes ao complemento no valor de R\$ 1.472 devido à alteração da probabilidade de perda de oito processos judiciais no total de R\$ 1.428, alteração do valor da causa de um processo no total de R\$ 10 e provisão de três novos processos no total de R\$ 34. Além disso, houve reversão de provisão no valor de R\$ 1.136 referente à alteração da probabilidade de perda de treze processos e de R\$ 841 referente à alteração do valor da causa de três processos judiciais. Nas ações de natureza cível, houve provisão de R\$ 817 referente à alteração do valor da causa de dois processos e provisão de um novo processo no valor de R\$ 234. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 307 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo, além de baixa de seis processos no total de R\$ 182.

Os processos trabalhistas eram atualizados mediante a aplicação da Taxa Referencial Diária – TRD, com o acréscimo de juros de mora equivalentes a um por cento ao mês. De acordo com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 04/08/2015, os débitos trabalhistas passariam a ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os juros de mora, de um por cento ao mês, permaneciam inalterados. O TST determinou que os efeitos da decisão incidiriam sobre todos os processos em curso, ressalvados os processos já quitados ou extintos, em tramitação final. A aplicação da TRD para a correção monetária acabava por não recompor, de fato, os débitos trabalhistas, que, ao revés, acabavam por minguar ante as perdas inflacionárias no decorrer dos anos. Ainda, o TST estabeleceu que o IPCA-E deveria ser aplicado a partir de 30 de junho de 2009, de forma que todos os débitos decorrentes de ações trabalhistas devidos a partir da referida data seriam integralmente corrigidos pelo IPCA-E. Os débitos trabalhistas anteriores a essa data estipulada pelo TST receberiam tratamento híbrido: até a data de corte os valores seriam corrigidos pela TRD, após pelo IPCA-E. Porém, em 14/10/2015 o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede liminar, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TST enquanto não julgado o recurso interposto, ou seja, em todas as execuções trabalhistas deverão ser aplicados os índices de atualização monetária da TRD.

Obrigação legal

As obrigações legais estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de sua condição de entidade imune de tributos. Os assessores jurídicos da Entidade julgam como possível a probabilidade de êxito da referida demanda judicial, existindo depósito judicial para os valores em questionamento.

Esses processos são provenientes de ações de execução fiscal ingressadas pela Prefeitura de São Paulo buscando o recebimento dos valores de IPTU dos imóveis próprios da entidade, a partir do ano de competência 2000. A tese elaborada em defesa, através de embargos à execução, cabe exclusivamente à Unidade Jurídica.

Contingências de riscos de perda “Possíveis” (não provisionadas)

Em 31 de março de 2017, a Entidade possuía em andamento outros processos de naturezas trabalhista e cível, que foram considerados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, nos valores aproximados de R\$ 4.102 (natureza trabalhista) e R\$ 8.312 (natureza cível). A posição em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.190 (natureza trabalhista) e R\$ 7.895 (natureza cível). A Administração da Entidade, em atendimento ao CPC 25, não constituiu provisão desses valores.

13 Patrimônio líquido

É composto substancialmente de superávit acumulado, superávit do período e ajuste de avaliação patrimonial.

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Superávit acumulado	681.848	382.100
Superávit do período	39.458	299.645
Ajuste de avaliação patrimonial	30.262	30.365
Total	<u>751.568</u>	<u>712.110</u>

Superávit acumulado

A variação refere-se ao resultado apurado no exercício anterior que foi absorvido pelo Patrimônio Social.

Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente.

Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos. Sua realização ocorre na medida da realização dos bens de origem, via depreciação, alienação ou baixa.

A variação da rubrica refere-se basicamente à absorção do superávit de 2016 ao patrimônio social.

14 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal-chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, às transferências de recursos realizadas entre o SEBRAE-SP e o SEBRAE-NA, e estão apresentadas conforme os quadros abaixo:

14.1 Créditos com o Sistema Sebrae

Passivo	31/03/2017	31/12/2016
Recursos ordinários a receber	<u>31.999</u>	<u>100.832</u>
Total	<u><u>31.999</u></u>	<u><u>100.832</u></u>

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

14.2 Obrigações com o Sistema Sebrae

Passivo	31/03/2017	31/12/2016
Contribuição social nacional - CSN a comprovar	<u>2.150</u>	<u>2.822</u>
Total	<u><u>2.150</u></u>	<u><u>2.822</u></u>

O saldo na rubrica “Contribuição social nacional - CSN a comprovar” se refere aos recursos recebidos para subsidiar projetos a serem comprovados ao SEBRAE Nacional. O saldo de R\$ 2.822 em dezembro de 2016 foi devolvido através de desconto efetuado na Contribuição Social Ordinária do mês de janeiro de 2017. O saldo em março de 2017 é justificado pelo recebimento de R\$ 2.908 para subsidiar as atividades de atendimento do SEBRAE-SP.

Descrição	2017	2016
Receitas de contribuição social		
Contribuição social ordinária	96.489	107.980
Contribuição social nacional	<u>2.022</u>	<u>920</u>
Total	<u><u>98.511</u></u>	<u><u>108.900</u></u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

Empréstimos para Diretores:

A entidade não concede empréstimos a diretores e outros dirigentes.

Remuneração do pessoal-chave da administração:

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência estatutária do Conselho Deliberativo Nacional e do Conselho Deliberativo Estadual a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva que, nos períodos findos em 31/03/2017 e 31/03/2016 foram:

Remuneração do pessoal-chave da administração	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração	733	703
Benefícios	<u>61</u>	<u>62</u>
Total	<u><u>794</u></u>	<u><u>765</u></u>

As transações com o Fundo de Pensão ocorridas até março de 2016 estão demonstradas na Nota Explicativa nº 17.

15 Desdobramento dos principais itens da demonstração de resultados

15.1 Contribuições sociais

A Entidade recebe recursos conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País, cujo repasse é efetuado pelo INSS.

Descrição	2017	2016
Receitas de contribuição social		
Contribuição social ordinária	96.489	107.980
Contribuição social nacional	<u>2.022</u>	<u>920</u>
Total	<u><u>98.511</u></u>	<u><u>108.900</u></u>

Na conta “Contribuição social ordinária” são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/SP.

Em 2017, o decréscimo na rubrica “Contribuição social ordinária” ocorreu em razão da finalização dos repasses de Contribuição Social - Saldo.

O acréscimo de R\$ 1.102 em “Contribuição Social Nacional” é devido ao aumento no valor do repasse mensal, além do repasse de contribuições para subsidiar os projetos.

15.2 Receitas de empresas beneficiadas

Descrição	2017	2016
Receitas de empresas beneficiadas		
Treinamento	307	589
Consultoria	934	901
Feiras	2.668	2.216
Palestras	-	28
Empretec	613	755
Missões empresariais	286	738
Cotas de patrocínios	2.452	2.529
Outras receitas de emp. beneficiadas	20	114
Total	<u>7.280</u>	<u>7.870</u>

Não houve variação significativa no período.

15.3 Outras receitas operacionais

Descrição	2017	2016
Outras receitas operacionais		
Receitas oper. F. Pagto - ent. bancária	156	156
Devoluções de convênios	69	25
Penalidade a clientes/fornecedores	269	19
Reversão provisão consultoria tecnológica	50	-
Descontos recebidos	48	34
Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista	1.978	528
Receita de reversão de provisão de outras contingências	16	-
Receitas de exercícios anteriores	286	-
Outras receitas	25	3
Total	<u>2.897</u>	<u>765</u>

O saldo em “receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

O acréscimo em “Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista” ocorreu principalmente devido à alteração de probabilidade de perda de processos no primeiro trimestre.

15.4 Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2017	2016
Salários e proventos	(25.663)	(25.215)
13º salário	(2.412)	(2.295)
Férias	(3.983)	(3.827)
Indenizações trabalhistas	(980)	(497)
Encargos trabalhistas	(9.991)	(9.553)
Benefícios sociais	<u>(8.526)</u>	<u>(13.894)</u>
Total	<u>(51.555)</u>	<u>(55.281)</u>

O principal motivo da variação em “Benefícios sociais” se refere à redução de despesas com sinistralidade do Seguro Saúde Unimed em relação ao mesmo período do ano anterior, além de diminuição nas despesas com seguro saúde por alteração nas modalidades dos planos oferecidos aos funcionários.

15.5 Serviços profissionais e contratados

Descrição	2017	2016
Instrutoria e consultoria	(1.633)	(1.629)
Serviços técnicos especializados	(1.234)	(1.656)
Manutenção, segurança e limpeza	(2.342)	(2.872)
Despesas com clipping de notícias	(188)	(801)
Locação de mão-de-obra	(3.945)	(3.932)
Estagiários	(969)	(849)
Serviço de apoio administrativo	(9)	(-)
Organização e promoção de eventos	(6.817)	(10.563)
Contrato de patrocínio	(-)	(69)
Menor aprendiz	(18)	(182)
Outros serviços contratados	<u>(356)</u>	<u>(509)</u>
Total	<u>(17.511)</u>	<u>(23.062)</u>

A variação na rubrica “Organização e promoção de eventos” se refere a despesas no valor de R\$ 3.525 com propaganda e publicidade para a Feira do Empreendedor 2017, que foram reclassificadas para o grupo contábil correspondente à rubrica de “Despesa com anúncios, publicidade e propaganda”.

15.6 Custos e despesas com operacionalização

Descrição	2017	2016
Despesa com viagens	(535)	(2.169)
Despesa com aluguéis e encargos	(5.317)	(5.794)
Despesa com anúncios, publicidade e propaganda	(3.999)	(969)
Despesa com serviços gráficos e reprodução	(1.071)	(811)
Despesa com serviço de comunicação	(643)	(1.163)
Despesa com material de consumo	(695)	(599)
Demais custos e despesas gerais	<u>(1.161)</u>	<u>(1.490)</u>

	(13.421)	(12.995)
--	----------	----------

Na rubrica “Despesa com viagens”, o decréscimo se dá principalmente pela redução nas despesas com viagens internacionais.

Em “Anúncios, publicidade e propaganda” o aumento se refere a campanhas realizadas para propaganda da Feira do Empreendedor, conforme consta na Nota Explicativa nº 15.5.

No grupo “Serviços de comunicação” houve redução de R\$ 324 nas despesas com telefonia fixa, além do decréscimo de R\$ 205 nas despesas com serviços de correio.

15.7 Encargos diversos

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

Descrição	2017	2016
IPVA	(35)	(37)
IPTU/ITBI	(622)	(514)
IR sobre aplicações financeiras	(150)	(2.201)
Pis	(314)	(302)
Taxas	(16)	(16)
	(1.137)	(3.070)
Total		

A variação em “IR sobre aplicações financeiras” ocorreu devido à diminuição no volume de resgates em relação ao mesmo período do ano anterior.

15.8 Despesas com provisões

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

Descrição	2017	2016
Prov. p/ riscos fiscais e outras contingências	(3.190)	(1.613)
Prov. p/ perdas diversas	(391)	(-)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos	(3.185)	(-)
	(6.766)	(1.613)
Total		

A variação na rubrica “provisão para riscos fiscais e outras contingências” se refere principalmente ao complemento de provisão de um processo cível, devido ao aumento do valor da causa.

A provisão para IRRF sobre rendimento de fundos se refere às aplicações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que no mesmo período do ano anterior estavam sem saldo.

15.9 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste

e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	2017	2016
Depreciação de bens imóveis	(149)	(158)
Depreciação de bens móveis	(1.497)	(1.365)
Amortização intangível	(350)	(344)
Total	<u>(1.996)</u>	<u>(1.867)</u>

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.

15.10 Outras despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Convênios executados	(499)	(-)
Custo na baixa do ativo imobilizado	(100)	(9)
Total	<u>(599)</u>	<u>(9)</u>

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios.

Na rubrica “Custo na baixa do ativo imobilizado” são registrados os custos de aquisições e a depreciação acumulada dos bens extraviados, furtados, sucateados, doados etc., calculados até a data da baixa.

15.11 Resultado financeiro líquido

A seguir, apresentamos o resultado financeiro líquido dos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016, decorrentes das alocações dos recursos da Entidade em aplicações financeiras e fundos de investimento, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos próprios	<u>20.381</u>	<u>12.841</u>
Total	<u>20.381</u>	<u>12.841</u>
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	(77)	(62)
Valoriz/desvaloriz. cotas de fundos empresas emergentes	<u>3.379</u>	<u>(60)</u>

Total	3.303	(122)
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas / passivas	72	123
Total	72	123
Resultado financeiro líquido	23.755	12.842

O acréscimo dos rendimentos é decorrente do aumento do valor médio de recursos mantidos em aplicações financeiras no período.

16 Gerenciamento de riscos

a. Considerações gerais

Quando aplicável, a Entidade determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixas futuros. A esse respeito, as estimativas de valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

b. Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
(i) Caixa e equivalentes a caixa	879	442
(i) Fundos de investimentos	7.977	3.821
(ii) Aplicações financeiras (Longo prazo)	524.932	559.464
(iii) Contas a receber	7.313	5.941
Passivos financeiros		
(iv) Benefícios a empregados	8.855	9.703
(iv) Obrigações tributárias	2.032	3.143
(iv) Obrigações com convênios e contratos	2	2
(iv) Fornecedores	19.179	17.068
(iv) Provisão sobre folha de pagamento	20.041	24.116
(iv) Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.150	2.822
(iv) Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	1.298	1.454

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros:

- (i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
- (ii) Ativo financeiro mantido até o vencimento
- (iii) Empréstimos e recebíveis
- (iv) Outros passivos financeiros

A Administração da Entidade entende que os instrumentos financeiros classificados na categoria ativo financeiro mantidos até o vencimento, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos conforme quadro abaixo:

	Valor Contábil	Valor Justo
Aplicações financeiras de longo prazo	524.932	527.139
Total das aplicações financeiras	524.932	527.139

c. Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade decorre preponderantemente de disponibilidades de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos financeiros.

A Entidade aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. e fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A.

Abaixo, seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros.

	31/03/2017 Valor Contábil	31/12/2016 Valor Contábil
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes a caixa	879	442
Aplicações financeiras	676.026	572.380
Contas a receber	7.313	5.941
Total de ativos financeiros	684.218	578.763

A Entidade possui ainda a participação em fundo de investimento financeiro que possui lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

Os Fundos de Aplicação em Empresas Emergentes são regulados pela Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Os projetos ou programas destinados a facilitar o acesso ao crédito poderão ser efetivados pela aquisição ou integralização de cotas de Fundos Mútuos de Investimentos no capital de empresas emergentes que destinem à capitalização das micro e pequenas empresas, principalmente as de base tecnológica e as exportadoras. A participação do SEBRAE na integralização de cotas de fundos mútuos de investimentos não poderá ser superior a 50% do total das cotas desses mesmos fundos.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado do fundo está representado como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Fundos em empresas emergentes	5.820	5.044
(-) Provisão para ajuste a valor de mercado	2.157	(1.223)
Total	7.977	3.821

d. Risco de mercado

O risco de mercado surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, indexados a índice de correção e moeda estrangeira. São os riscos que o valor justo ou fluxos de caixa futuros

de um instrumento financeiro correrão, em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), índices de correção e taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores (outro risco de preço).

O SEBRAE/SP concentra sua carteira de aplicações financeiras em operações de CDB pós-fixados em DI, aplicados em instituições bancárias oficiais: Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Nas operações cuja taxa de juros é pós-fixado, a remuneração é conhecida posteriormente à aplicação, de acordo com a variação do indexador do produto e, ainda, o percentual contratado no momento da aplicação.

O indexador utilizado pelo SEBRAE/SP em suas operações de CDB é o CDI, Certificado de Depósito Interbancário, negociado exclusivamente entre bancos, que assinala aos investidores o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essas transações são realizadas por meio eletrônico entre as instituições envolvidas e registradas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A taxa média diária do CDI é empregada como referência para o custo do dinheiro e acompanham o comportamento da taxa SELIC (Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). As taxas de juros que remuneram as operações de CDB pós-fixados do SEBRAE/SP no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis são próximos aos de mercado.

O SEBRAE/SP não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas de gestão de riscos definidas em sua política de investimentos.

Considerando que as operações financeiras do SEBRAE/SP podem ser consideradas *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI que acompanha as oscilações de mercado, a administração considera que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Empresa.

e. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos exigíveis da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos exigíveis	Valor em 31/03/2017	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Benef. empregados/Obrig. tribut.	10.887	10.887	-
Obrig. com conv. e contratos	2	2	-
Contas a pagar fornec. e outros	19.179	19.179	-
Provisão s/ folha de pagamento	20.041	20.041	-
Obrig. com o Sistema SEBRAE	2.150	2.150	-

Adiant. s/ vendas dos direitos de administração	1.298	-	1.298
Prov. p/ riscos cíveis, trab. e obrig. legal	23.902	-	23.902
Total	77.459	-	52.259

f. Risco de câmbio

A Entidade não está sujeita ao risco de câmbio, pois não possui operações em moeda estrangeira.

17 Benefícios pós-emprego

A Entidade oferece plano de benefícios de previdência privada, denominado SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social, implantado durante o exercício de 2004. Neste mesmo exercício, foi aprovada a adesão SEBRAE - NA, ABASE e 17 unidades estaduais do sistema SEBRAE: SEBRAE - AC, SEBAE - AL, SEBRAE - AM, SEBRAE - AP, SEBRAE - BA, SEBRAE - DF, SEBRAE - GO, SEBRAE - MA, SEBRAE - PA, SEBRAE - PB, SEBRAE - PI, SEBRAE - RN, SEBRAE - RO, SEBRAE - RR, SEBRAE - SE, SEBRAE - SP e SEBRAE - TO. No exercício de 2005 ocorreu a adesão de 8 unidades do sistema, SEBRAE - RJ, SEBRAE - MT, SEBRAE - MS, SEBRAE - CE, SEBRAE - ES, SEBRAE - MG, SEBRAE - PR e SEBRAE - SC.

O SEBRAEPREV é um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida, patrocinado pelas unidades que compõem o Sistema SEBRAE e que celebrarem Convênio de Adesão, conforme disposto no Regulamento.

As obrigações do plano são as seguintes:

- O custeio do benefício de risco é responsabilidade do Patrocinador e qualquer insuficiência constatada na conta do benefício de risco é responsabilidade exclusiva dos Patrocinadores.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são:

- (i) Quanto aos Participantes Patrocinados, Participantes Mandatários, Autopatrocinados e sem Remuneração em Autopatrocínio:
 - (a) Aposentadoria Antecipada;
 - (b) Aposentadoria Normal; e
 - (c) Aposentadoria por Invalidez.
- (ii) Quanto aos Beneficiários:
 - (a) Pensão por Morte.

Os Benefícios serão pagos aos Participantes ou aos Beneficiários que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos previstos no regulamento Sebraeprev.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são classificados em:

- (i) Benefício Programado, assim entendido a Aposentadoria Normal e a Aposentadoria Antecipada;
- (ii) Benefícios de Riscos, assim entendidos a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte.

Para a manutenção deste plano de benefícios são efetuadas contribuições mensais, conforme segue:

- A contribuição básica do participante corresponde a um percentual de 1% a 7% do salário de contribuição excedente a 15 vezes o valor de referência previdenciário.
- A contribuição básica do SEBRAE - NA é mensalmente obrigatória e corresponde a 100% da contribuição básica do participante, efetuada pelo seu respectivo participante patrocinado e participante mandatário.

Cabe ao patrocinador fundador (SEBRAE Nacional) o aporte inicial do Serviço Passado, em pagamento único, que ficará num fundo específico do SEBRAEPREV, denominado Fundo de Aporte Inicial de Serviço Passado, que será creditado mensalmente na conta do Participante, em valor idêntico ao da contribuição do Participante.

O Plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE contrata anualmente um atuário qualificado. As principais premissas do plano estão demonstradas nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Para o período de 31 de março de 2017, não ocorreram mudanças significativas nas premissas atuariais no Plano SEBRAEPREV e outras variáveis que pudessem afetar de forma relevante o resultado atuarial.

Os custos com aposentadoria para planos de contribuição definida em março de 2017 foram de R\$ 1.108 (R\$ 1.034 em março de 2016).

18 Informações adicionais

Diretor Superintendente: Bruno Caetano Raimundo

Diretor Técnico: Ivan Hussni

Diretor de Administração e Finanças: Pedro Rubez Jeha



Ismael Toledo Junior
Contador – CRC 1SP174698/O-9

